

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - SETOR LITORAL

DIALOGANDO SOBRE SEXUALIDADE NO - ENSINO FUNDAMENTAL

MATINHOS

2014

ROSANA APARECIDA RIBEIRO DE SENE

DIALOGANDO SOBRE SEXUALIDADE NO - ENSINO FUNDAMENTAL

Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção da certificação do curso de Especialização em Educação do Campo da UFPR - Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná. Orientadora: Dra. Angela Massumi Katuta.

MATINHOS

2014

DIALOGANDO SOBRE SEXUALIDADE NO - ENSINO FUNDAMENTAL

Rosana Aparecida Ribeiro de Sene¹

Ângela Massumi Katuta (Orientadora)²

Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar como os professores, professoras, educandos, educandas, pais, mães e ou responsáveis da escola pública do Paraná, Escola Estadual Ruben Alves do Ensino Fundamental*, lidam com a questão da "Sexualidade na Escola". Se torna relevante o presente estudo, pelo fato de ser constatado no ambiente escolar as brincadeiras, os apelidos, as chacotas, as agressões e os constrangimentos envolvendo a sexualidade dos estudantes. Para isso, o presente estudo foi desenvolvido através de questionário para os pares: pais, mães e responsáveis, professores e professoras, educandos e educandas, do 8 ano Ensino Fundamental da Escola Estadual Ruben Alves, com o propósito de verificar maneiras construtivas de inserir o diálogo, respeito e dignidade a todos os sujeitos que venham a fazer parte do ambiente escolar, sem sofrer preconceito e discriminação pela sua sexualidade. Nesse sentido, a proposta que surgiu para trabalhar com os(as) estudantes, além do questionário, foi a elaboração e aplicabilidade de material didático com o tema "Sexualidade". Essa intervenção possibilitou discussões polêmicas e importantes para a desconstrução de estereótipos preconceituosos em relação a sexualidade do "outro", de forma a despertar nos(as) estudantes a valorização e o respeito pelos sujeitos tidos como "diferentes" na sala de aula. O reconhecimento de que o "outro" merece respeito foi constatado através de depoimentos e mudança de atitudes dos estudantes no ambiente escolar.

Palavras-chave: sexualidade; escola; preconceito; discriminação; valorização; respeito.

¹ Educadora da Escola Estadual Ruben Alves, no município de Palmeira. E-mail: senerosana@gmail.com

² Profa. orientadora da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral. E-mail: angela.katuta@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo foi desenvolvido a partir do Curso de Especialização em Educação do Campo e de minha experiência como educadora do Ensino Fundamental e Médio. O objetivo foi investigar, problematizar e analisar a sexualidade na perspectiva de professores, professoras, educandos, educandas, pais, mães e ou responsáveis tendo como foco o ambiente escolar. Procurou-se também investigar se ocorre entre os pares: educandos, educandas, pais, mães e ou responsáveis, diferenças do meio urbano com o meio rural, no que diz respeito a sexualidade dos sujeitos ao serem incluídos ou excluídos no ambiente escolar.

A metodologia de pesquisa utilizada foi a qualitativa, que priorizou como campo de investigação uma classe de 8 ano do Ensino Fundamental da Escola Estadual Ruben Alves, no Paraná. Essa turma foi escolhida devido as constantes perturbações ocorridas na sala de aula envolvendo a sexualidade de meninos e meninas. As brincadeiras, os apelidos, as piadas, as agressões verbais e físicas ocorriam todos os dias contra os estudantes considerados "gays", desta turma. Um dia um estudante dessa turma de 8 ano, cansado de ser o motivo das gozações e das piadas da turma chegou desesperado para diretora (no momento eu desempenho esta função) e relatou sua angústia e raiva, chegando a desabafar que gostaria de morrer para não ter que continuar sendo o motivo das piadas e brincadeiras sobre o seu modo de ser. Esse episódio me chamou muito atenção enquanto educadora de escola pública ao refletir sobre "que tipo de sujeitos estamos formando?". A escola é para inclusão ou exclusão dos sujeitos? Quem são os sujeitos que devem ser incluídos e ou excluídos do ambiente escolar? Por que e como formar uma escola pública de qualidade para todos os sujeitos? Devido a vontade de encontrar algumas respostas para estes questionamentos é que o presente trabalho foi desenvolvido e planejado.

O desenvolvimento desse trabalho teve a duração de quatro meses (dezembro de 2013 à março de 2014), nos quais foram realizados questionários para os professores, professoras, educandos, educandas, pais, mães e ou responsáveis do 8 ano Ensino Fundamental da Escola Estadual Ruben Alves. Foi realizado também levantamento bibliográfico, seleção e leitura de alguns autores como: Auad (2006), Louro (2009), Manual de Comunicação LGBT (2009), Gênero e Diversidade na Escola Formação de Professores/as (2009), Furlani

(2009), Ferreira e Luz (2009), Ferreira (2012), Bortoline (2008), Diretrizes Curriculares Estaduais do Campo (2010), Diretrizes Curriculares Estaduais de Gênero e Diversidade Sexual (2010), entre outros.

O estudo apresenta como os(as) estudantes são incluídos e excluídos do ambiente escolar devido à sua sexualidade. Como os professores, professoras, pais, mães e ou responsáveis agem e reagem ao serem questionados(as) pela escola sobre: como trabalhar a sexualidade na sala de aula? O que deve ou não ser abordado na sala de aula a respeito da sexualidade? Qual a reação dos educadores, educadoras, educandos, educandas, pais, mães e ou responsáveis em perceber que há estudantes sofrendo discriminação por causa da sua sexualidade no ambiente escolar? Há diferenças de concepção sobre a sexualidade entre estudantes, pais, mães e ou responsáveis provindos do Campo ou da Cidade? A escola vem passando por transformações intelectuais e sociais, exigindo cada vez mais o desenvolvimento de ações que possibilitem a discussão, o diálogo, a inclusão de todos os sujeitos na sociedade, iniciando pelo ambiente escolar. Dessa forma, elaborar propostas de intervenção no 8 ano do Ensino Fundamental da Escola Estadual Ruben Alves, no ano de 2014, é o início de uma proposta de inclusão dos sujeitos tidos como "diferentes" no ambiente escolar devido à sua sexualidade.

A proposta de intervenção surgiu a partir do momento que estudantes do 8 ano da escola Estadual Ruben Alves, constantemente se encaminhavam para a direção apresentando queixas de que: colegas da turma apelidavam, riam, humilhavam uns aos outros por causa da sua sexualidade. Havia meninos nesta turma que sofriam constantemente apelidos terríveis por causa da sua homossexualidade, vindo a sofrer agressões físicas e verbais tanto dentro da escola como fora. Devido a essa forma agressiva e excludente de convivência dos estudantes do 8 ano do Ensino Fundamental da Escola Estadual Ruben Alves, foi realizada a intervenção visando dialogar com os professores, professoras, pais, mães, e ou responsáveis e estudantes sobre a "Sexualidade na Escola".

Com os(as) estudantes houve a aplicabilidade de material didático referente a "Sexualidade no Ambiente Escolar". A análise e os resultados dessa experiência serão descritos nas próximas páginas.

A escola e a sexualidade

O tema sexualidade revela-se como polêmico, envolvendo tabus, medos, questões religiosas, morais e éticas, se tornando mais delicado quando se trata de discutí-lo no ambiente escolar. Para Ferreira e Luz (2009) a sexualidade é algo complexo e não pode ser separado dos aspectos social e político, cultural e econômico, tampouco associado apenas a determinadas fases da vida humana. Pois a sexualidade pode ser percebida no decorrer de toda a vida dos sujeitos: na infância, a sexualidade pode ser percebida no ato da amamentação, nos brinquedos, nas brincadeiras, nas roupas, no toque e no conhecimento do próprio corpo. Na puberdade ou na adolescência, as sensações de prazer são em grande parte na região genital, isso se deve a maior produção de hormônios, transformações físicas, emocionais, culturais e sociais. As roupas, os relacionamentos e a masturbação são manifestações desse período. Na fase adulta, a sexualidade se expressa nas relações afetivas, nos relacionamentos sexuais, no casamento, no amor, na opção ou não de procriar. Na terceira idade se expressa nas relações afetivas e sexuais e na relação com o próprio corpo. (FERREIRA e LUZ, 2009).

A instituição escolar precisa reconhecer os sujeitos de forma completa, incluindo nisso a sua sexualidade, para a partir disso, proporcionar uma educação cidadã e libertadora que contemple a dimensão sexual, a diversidade, os direitos humanos e a multiculturalidade. Para tanto se faz necessárias novas práticas pedagógicas, nas quais estejam incluídas o diálogo, o acolhimento, a inovação do currículo, os saberes construtivos, a aprendizagem norteada pelo aprender a aprender levando em consideração a construção do conhecimento tendo os sujeitos como protagonista do ensino. Dessa forma será possível formar as futuras gerações calcadas em valores humanos e no respeito aos direitos individuais e coletivos, eliminando qualquer tipo de discriminação no ambiente escolar.

Segundo Ferreira e Luz (2009), a sexualidade está em constante construção, e faz parte das pessoas e não é apenas uma questão pessoal, mas social-política, sendo construída ao longo de toda a vida, de muitos modos por todos os sujeitos, particularmente, os envolvidos no processo educacional. Pois a educação deve romper com padrões de identidade tidos pela sociedade como

normais, em virtude de não julgar o que é normal ou não, mas assumir o compromisso de mostrar que o "outro" pode ser qualquer pessoa, inclusive "eu" e que o "outro" e "eu" são a mesma pessoa (FERREIRA e LUZ, 2009).

O ser humano deve aprender a se colocar no lugar do outro, para tentar sentir o que o outro sente e assim tornar-se mais sensível para as questões da discriminação, do preconceito e da violência. Contudo a

A sociedade tem imposto modelos de sexualidade que impedem o desenvolvimento individual, social e político de muitas pessoas, particularmente daqueles indivíduos que não se "encaixam" no modelo hegemônico. A imposição de padrões fixos e a intolerância com a diversidade têm gerado discriminação, ódio, preconceito e violência, questões que não contribuem nem com o desenvolvimento humano, tampouco para o social de uma nação. (FERREIRA e LUZ, 2009, p. 40).

Dessa forma, a escola tem um grande desafio: encontrar maneiras que possibilite a participação de todos os sujeitos na educação sem discriminá-los pelo preconceito social, racial e ou sexual. Essas formas de preconceito talvez sejam para a escola um dos maiores desafios dos últimos tempos, pois a violência e a discriminação contra os sujeitos tendo como argumento a sexualidade de cada um está crescendo diariamente em todo o país. De acordo com o relatório sobre violência homofóbica no Brasil (2012), é possível perceber o aumento da violência contra os sujeitos tendo como causa a homossexualidade, pois houve no ano de 2012 o registro de 13,29 pessoas por dia sofrendo de violência homofóbica no país. Isso indica a urgência das escolas brasileiras em proporcionar discussões, projetos, diálogos, posturas, diante dos números abusivos de violência contra os sujeitos envolvendo a sexualidade.

Louro (2001) destaca que a escola que tem por função social somente a transmissão da aprendizagem formal, científica e organizada historicamente, ainda apresenta inúmeras dificuldades em trabalhar a temática da sexualidade, em todos os aspectos. Isso ocorre porque a escola ainda insiste em enxergar o(a) estudante como um ser humano fragmentado, desprovido da sua sexualidade, ignorando seus anseios, mantendo a ocultação e forçando para manter um lugar de ignorância, fingindo não perceber a presença de sujeitos providos de sua sexualidade. Isso contribui para as violentas formas de convivência e sobrevivência nesse ambiente, desencadeando uma série de obstáculos para

os(as) estudantes permanecerem na escola. Aqueles(as) que se encaixam nas normas escolares e sociais tem mais facilidade para se manterem no sistema e aqueles(as) que não se encaixam acabam sofrendo as conseqüências de um ensino violento e desestimulante para vida. Digiovanni e Amaral (2010) ressaltam que uma das razões pelas quais a sociedade vem se tornando cada vez mais violenta se deve ao fato da sua constituição:

[...] a sociedade foi se constituindo historicamente como uma sociedade masculina, lesbofóbica, transfóbica e racista, marcada pela exclusão social, particularmente dos processos de escolarização, de grupos específicos diferenciados pela classe social, bem como, diferenciados pelas questões de gênero e orientação sexual, e que o espaço da instituição escolar é um espaço privilegiado para discutir e mudar as concepções que temos sobre as coisas e os fenômenos sociais a partir do acesso ao conhecimento. (DIGIOVANNI e AMARAL, DIRETRIZES CURRICULARES DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL DO PARANÁ, 2010. p. 03)

Assim, a sociedade em geral tem o compromisso de rever suas formas de julgar as pessoas pela sua sexualidade, vindo a se comprometer em proporcionar formas de inserir no ambiente escolar os sujeitos. O conhecimento deve ser acessível para todos(as) para assim, oportunizar o acesso ao conhecimento para construir uma sociedade mais justa e sem violência. Ao construir uma sociedade mais justa e sem violência ocorrerá a possibilitado dos sujeitos viver em plenitude a sua sexualidade sem ódio, sem preconceito, sem violência. Para isso acontecer é necessário que a escola venha a ser um dos lugares privilegiadas para a aprendizagem e para o diálogo em construção ao respeito e à diversidade sexual.

Entendendo um pouco mais

De acordo com o Manual de Comunicação LGBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros, 2009) e Bortolini (2008):

- **Orientação Sexual:** refere-se à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por outra. Há basicamente três tipos de Orientação Sexual:

-Homossexual = quem sente atração por pessoa do mesmo sexo/gênero.

-Heterossexual= quem sente atração pessoa do sexo/gênero oposto. -

-Bissexual= quem sente atração por pessoa de ambos os sexos/gêneros.

- Intersexual ou intersex: é o termo geral adotado para se referir a uma variedade de condições (genéticas e ou somáticas) com que uma pessoa nasce, apresentando uma anatomia reprodutiva e sexual que não se ajusta às definições típicas do feminino ou do masculino, tendo parcial ou completamente desenvolvidos ambos os órgãos sexuais, ou um predominando sobre o outro. (conhecido também como hermafrodita - possui os dois sexos ao mesmo tempo). A palavra intersexual é preferível ao termo hermafrodita. A intersexualidade, enquanto transgeneridade é uma condição e não uma orientação sexual. Portanto, as pessoas que se autodenominam intersexuais podem se identificar como homossexuais, heterossexuais ou bissexuais.

- Gênero: está ligado às características comportamentais, culturais, sociais e históricas, construídas socialmente. Pode-se dividir as pessoas em gênero feminino e gênero masculino.

- Identidade de Gênero: é a percepção que uma pessoa tem de si mesma, como sendo:

- Gay = homem que se relaciona com outro homem.

- Lésbica = mulher que se relaciona com outra mulher.

- Travesti = pessoa que nasce do sexo masculino ou feminino, mas que tem sua identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico, assumindo papéis de gênero diferentes daquele imposto pela sociedade. Muitas travestis modificam seus corpos por meio de hormônios, silicones, cirurgias plásticas (porém, nem todas fazem cirurgia). O correto é utilizar o artigo definido "A" para se referir: "A Travesti". Seus corpos nascem com um sexo, homem ou mulher, mas se sentem homens e mulher ao mesmo tempo, às vezes se sentem mais femininos e às vezes se sentem mais masculinos, (os dois conceitos se misturam dentro deles, é como ingredientes ao liquidificador) ambos estão sempre presentes e eles não tem o desejo de anular nenhum dos dois lados.

- Bissexual = pessoa que se relaciona tanto com homem quanto com mulher.

- Transexual = pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento. Homens e mulheres transexuais podem manifestar o

desejo de se submeterem a intervenções médico-cirúrgica para realizarem a adequação dos seus atributos físicos de nascença, inclusive os genitais, a sua identidade de gênero constituída.

- Mulher heterossexual = mulher que se relaciona com homem.

- Homem heterossexual = homem que se relaciona com mulher.

- Sexo Biológico = conjunto de informações cromossômicas, órgãos genitais, capacidade reprodutivas e características fisiológicas secundárias que distinguem machos e fêmeas.
- Sexualidade = refere-se às elaborações culturais sobre os prazeres e os intercâmbios sociais e corporais que compreendem desde o erotismo, o desejo e o afeto, até noções relativas à saúde, à reprodução, ao uso de tecnologias e ao exercício do poder na sociedade. (relação sexual).

Diferença entre Opção Sexual e Orientação Sexual

O termo "Opção Sexual", implica no relacionamento heterossexual como a escolha sexual mais correta entre os sujeitos. Esse relacionamento é considerado pela sociedade como o "normal", ocorrendo assim a desconsideração de outros tipos de relacionamentos. O termo "Orientação Sexual" inclui o relacionamento entre os sujeitos heterossexuais, homossexuais ou bissexuais. Segundo Bortolini (2008), o que leva uma pessoa a ser homossexual ou bissexual ainda é desconhecido pela ciência. Há quem atribua a homossexualidade e a bissexualidade a características biológicas, genéticas ou defenda que toda a sexualidade é uma construção social e ainda há aqueles que juntem um pouco de tudo. Assim o termo "opção sexual" desencadeia e ignora a subjetividade dos sujeitos culpabilizando os sujeitos. O termo "orientação sexual" é algo que está para além da determinação da pessoa, portanto as orientações sexuais, tem origens e determinantes que ainda não se conhece muito bem.

Homossexualidade ou Homossexualismo

O sufixo ISMO é de origem grega e carrega dois sentidos: a idéia de uma doutrina, seita ou conjunto de idéias como: Cristianismo, Judaísmo, Marxismo, ou a

idéia de doença como: tabagismo, alcoolismo, botulismo. O sufixo DADE traz um sentido de expressão, manifestação humana como: identidade, felicidade, espontaneidade, sexualidade. Assim, o termo homossexualismo carrega uma idéia conservadora que enxerga os homossexuais como doentes ou desviantes. Já a palavra homossexualidade nos remete à idéia de que é apenas mais uma expressão da sexualidade ou da identidade humana. Por isso, o sufixo "ISMO", com terminologia referente a doença, foi substituído por "DADE", que remete a "modo de ser". (BORTOLINE, 2008).

Em 1973, os Estados Unidos retirou "homossexualismo" da lista dos distúrbios mentais da *American Psychology Association*, passando a ser usado o termo Homossexualidade. Em 09 de fevereiro de 1985, o Conselho Federal de Medicina aprovou a retirada, no Brasil, da homossexualidade do código 302.0, referente aos desvios e transtornos sexuais, da Classificação Internacional de Doenças. Em 17 de maio de 1990, a Assembléia Mundial da Saúde aprovou a retirada do código 302.0 da Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial da Saúde. A nova classificação entrou em vigor entre os países-membros das Nações Unidas a partir de 1 de janeiro de 1993. Em 1999, o Conselho Federal de Psicologia formulou a Resolução 001/99, considerando que a "[...] homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão", que "há na sociedade, uma inquietação em torno de práticas sexuais tidas como desviantes da norma estabelecida sócio-culturalmente [...]"(qual seja, a heterossexualidade), e especialmente, que " [...] a Psicologia pode e deve contribuir com seu conhecimento para o esclarecimento sobre as questões da sexualidade, permitindo a superação de preconceitos e discriminações." Assim, tanto no Brasil como em muitos outros países, cientificamente a homossexualidade não é mais considerada como doença. Por isso, o sufixo "ismo" (terminologia referente à "doença") foi substituído por "dade"(que remete a "modo de ser").

O termo Homossexual foi criado por um médico húngaro, Karoly Maria Kerbeny, em 1869. A partir de então, passou-se a designar como homossexuais as pessoas do mesmo sexo/gênero (homens e mulheres) que sentiam atração entre si. (MANUAL DE COMUNICAÇÃO LGBT, 2009).

A Escola Pública

A escola vem passando por transformações intelectuais e sociais no decorrer dos últimos anos. No que diz respeito às transformações intelectuais é de fato relevante destacar que com o desenvolvimento tecnológico as formas tradicionais de ensinar e aprender sofreram modificações visíveis, não sendo mais possível o simples repasse de conteúdos sem contextualização local e global.

Nas transformações sociais é importante pensar nos Movimentos Sociais que se formaram a partir da união de sujeitos excluídos na sociedade tidos como "minorias". Sendo que a união dessas "minorias" está cada vez mais visível na sociedade como sinônimo de luta, visibilidade e reivindicações de direitos há muito tempo negados. Isso vem despertando conflitos entre aqueles que tentam continuar negando os direitos e aqueles que lutam para garantir os seus. Um dos lugares que deve garantir a conscientização e o respeito para com os sujeitos tidos como "minorias" na sociedade é o espaço escolar. É através desse espaço que o diálogo e o respeito devem iniciar para se espalhar por toda a sociedade.

A escola é um lugar privilegiado para promover a cultura do respeito às diferenças, à diversidade e da inclusão social, rumo a uma verdadeira democracia em que todos os cidadãos e cidadãs possam conviver com igualdade e sem discriminação. É por meio da educação que a promoção desses tipos de cultura pode acontecer de forma mais efetiva, moldando novos valores e atitudes de respeito e paz, desconstruindo velhos e arraigados preconceitos, formando cidadãos e cidadãs que constituirão uma sociedade mais justa. (REIS, 2009, p. 248)

A escola deve promover a segurança, o ensino-aprendizagem, o respeito, o diálogo e a integração entre todos os sujeitos que dela participam trabalhando para a desconstrução de estereótipos, homofobias, violência e desrespeito contra os sujeitos que não seguem a "normalidade" descrita pela sociedade. Assegurando-lhes uma aprendizagem transformadora que seja capaz de promover o respeito pela diversidade tanto dentro do ambiente escolar como também fora dele.

A Lei de Diretrizes e Base (LDB 9.394/96), (<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lbd.pdf>), no Título II, no artigo 3, descreve que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condição para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

A Constituição Federal, (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm) também descreve no seu artigo 5, que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, e que todos tem direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Assim se torna importante que o(a) educador(a) esteja atento para encarar o espaço escolar como sendo um lugar de transformação e de discussão sobre as diversas formas de preconceito e discriminação os quais envolve os sujeitos. Isso significa para Freitas e Pessoa (2012), que os(as) professores(as) devem se valer de pedagogias que problematizem o sofrimento e a exclusão das pessoas que estão às margens, de modo que elas possam falar em sala de aula e interferir no currículo para diminuir as relações de poder que legitimam a sua constante subalternização.

Ao classificar os sujeitos, toda a sociedade estabelece divisões e atribui rótulos que pretendem fixar as identidades. Ela define, separa e, de várias formas sutis ou violentas, também distingue e discrimina, (LOURO, 2000). De acordo com o que está estabelecido no artigo III da Declaração Universal dos Direitos Humanos: "Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal". (http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm).

Isso comprova o quanto as pessoas devem ser respeitadas na sua totalidade, independente da sua classe social, religião, sexualidade. Em relação a religião é necessário que o(a) educador(a) distinga a sua religião do seu campo profissional (BORTOLINI, 2008). Pois um educador cuja religião nega ou condena a homossexualidade não pode simplesmente negar ou condenar um(a) estudante homossexual. Esse(a) educador(a) precisa ter claro para si, que os seus valores são, antes de tudo, seus, e que o(a) estudante pode ter outros, pois tem o direito de tê-los, assim como o(a) educador(a).

É preciso entender que os valores religiosos falam sobre coisas que vão além da materialidade, além do sistema escolar e ou da Lei. Eles falam de valores que muitas vezes se pretendem universais. "Deus é um só, e o que Ele disse vale para todos". O problema é que cada povo, cada grupo, cada ser humano, tem uma percepção e um entendimento diferente sobre a religião. Qual Deus é um só? O Deus católico? O evangélico? O judeu? O muçumano? O umbandista? O Kardecista? Sem esquecer que há muitos que nem sequer acreditam em um Deus. Se não entendermos que a religião é uma escolha, e não uma imposição, não vamos nunca conseguir estabelecer uma relação de respeito com o outro. (Bortolini, 2008, p. 18)

É importante lembrar que a escola pública é laica, portanto, nenhum profissional da educação pode tentar impor uma religião, uma crença aos seus(suas) estudantes. A escola pública deve respeitar todas as manifestações religiosas, sem hierarquias, imposições ou exclusões. Isso é um princípio de respeito e dignidade com os sujeitos.

A Educação do Campo e a pesquisa realizada

A Educação do Campo se constituiu para fortalecer as identidade dos povos do Campo dando espaço para as categorias sociais como: posseiros, bóias-frias, ribeirinhos, ilhéus, atingidos por barragens, assentados, acampados, arrendatários, pequenos proprietários ou colonos ou sitiantes, caboclos dos faxinais, comunidades negras rurais, quilombolas, pescadores, vileiros rurais e etnias indígenas. Todas essas categorias estiveram marginalizadas e solitárias lutando por seus direitos sem muito êxito. Vindo a alcançar alguns êxitos a partir da sua organização em Movimentos Sociais. O Movimento Social de mais destaque no Brasil sinônimo de luta pela visibilidade das categorias tidas como "minorias" na sociedade é o Movimento dos Sem Terra. Após tantas lutas, aos poucos está aparecendo políticas públicas contemplando as categorias que se identificam como a "Categoria do Campo". De acordo com as Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação do Campo (2010), há uma diferença entre: Rural e Campo.

Rural - representa uma perspectiva política presente nos documentos oficiais, que historicamente fizeram referência aos povos do campo como

pessoas que necessitavam de assistência e proteção, na defesa de que o rural é lugar do atraso.

Campo - é um conceito político que considera as particularidades dos sujeitos e não apenas sua localização espacial geográfica. Dessa forma o Campo se articula a um projeto político e econômico de desenvolvimento local e sustentável, a partir da perspectiva dos interesses dos povos que nele vive, e não do modelo urbano de vivência que não leva em consideração as particularidades dos sujeitos vividos no campo.

O que caracteriza os povos do campo é o jeito peculiar de se relacionarem com a natureza, o trabalho na terra, a organização das atividades produtivas, mediante mão-de-obra dos membros da família, cultura e valores que enfatizam as relações familiares e de vizinhança, que valorizam as festas comunitárias e de celebração da colheita, o vínculo com uma rotina de trabalho que nem sempre segue o relógio mecânico. (Diretrizes Curriculares Estadual da Educação do Campo, 2010, p. 24)

Essa forma de viver, de se relacionar com as pessoas e com a própria natureza, que o homem do campo tem, merece ser valorizada e inserida no currículo das escolas de Educação do Campo. De acordo com as Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação do Campo (2010), se torna um desafio para a Educação do Campo considerar a cultura dos povos do Campo em sua dimensão empírica e, mais ainda, fortalecer a educação escolar como processo de apropriação e elaboração de novos conhecimentos. Ao inserir a cultura dos povos do campo na educação escolar, contribui-se para a valorização da sua história, a qual durante muito tempo foi marginalizada na construção de políticas públicas, pois o currículo era essencialmente urbano, deixando de lado as reais necessidades do campo.

As Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação do Campo (2010), ressaltam que é muito importante que se desenvolva uma educação no e do Campo, porque o povo tem direito de ser educado no lugar onde vive, tem o direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. Compreender a educação a partir da diversidade camponesa implica em tomada de atitude, formação e postura crítica de todos os envolvidos com a educação, pois o

momento histórico em que nos encontramos é de luta e reconhecimento identitário de todos os sujeitos que compõe a sociedade.

Ao iniciar os estudos no Curso de Educação do Campo, percebi que a Escola Estadual Ruben Alves, a qual trabalho pode ser considerada como Escola do Campo, mesmo estando localizada na cidade, pois, de acordo com o Decreto nº 7.352, de 4 de Novembro de 2010, são denominadas Escolas do Campo: aquelas situadas em área rural, conforme definido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquelas situadas em área urbana, desde que atendam predominantemente a populações do Campo. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm).

A Escola Estadual Ruben Alves, na qual foi realizada a presente pesquisa, atende um total de 642 educandos(as) nos períodos: da manhã, tarde e noite, contando com 75 profissionais da educação. Desse total de educandos(as) 407 provém do campo. A cidade na qual está localizada a escola Estadual Ruben Alves, possui 7.900 habitantes, sendo 2.236 habitantes na área urbana e 5.664 na área rural, de acordo com o censo de 2010. (<http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=410895&search=parana|guamiranga|infograficos:-evolucao-populacional-e-piramide-etaria>). A cidade tem desenvolvimento totalmente agrícola, com poucas oportunidades de emprego na cidade. A maioria das pessoas trabalham com a agricultura e fomicultura no município. Essas pessoas são pequenos proprietários de terra, tendo os(as) filhos(as) estudando na Escola Estadual Ruben Alves. Ao constar que a escola pode ser considerada como Escola do Campo, se faz necessário desenvolver e incluir no currículos propostas contemplativas que abordem as questões do Campo. Ao se pensar em propostas mais específicas para a Educação do Campo se pensou em abordar o tema "Sexualidade" por que os conflitos de violência em sala de aula envolvendo a sexualidade de estudantes é constante. As reincidências de apelidos, piadas e brincadeiras envolvendo a sexualidade de estudantes da turma do 8º ano da referida escola despertou a necessidade de elaborar o presente trabalho para tecer um diálogo sobre "sexualidade no ambiente escolar" com os professores, professoras, educandos, educandas, pais, mães e ou responsáveis, tendo como objetivo eliminar atitudes, preconceituosas e agressivas no meio escolar, buscando uma formação para o respeito e para dignidade humana. No entanto notou-se que as atitudes de

impaciência, rispidez e desconforto não ocorria somente entre os(as) estudantes do 8º ano da Escola Estadual Ruben Alves, mas ocorria também entre os(as) educadores dessa turma, pois no decorrer deste trabalho houve resistência por parte dos(as) educadores(as) em discutir o tema "sexualidade na escola", ocorrendo a recusa em participar das discussões .

A turma do 8 ano da Escola Estadual Ruben Alves é composta por 36 estudantes, sendo 17 meninas e 19 meninos. As disciplinas de Geografia, Educação Física e Ciências são ministradas por professores, e as disciplinas de Matemática, História, Português, Arte, e Inglês são ministradas por professoras. 19 educandos(as) são provenientes do Campo e 17 são provenientes da Cidade. A proposta de investigar como os professores, professoras, pais, mães e ou responsáveis agem e ou reagem ao serem questionados(as) pela escola sobre: como trabalhar a "Sexualidade" na sala de aula? O que deve ou não ser abordado na sala de aula a respeito da sexualidade? Qual a reação dos educadores, educadoras, educandos, educandas, pais, mães e ou responsáveis em perceber que há estudantes sofrendo discriminação por causa da sua sexualidade? Há diferenças de concepção sobre a sexualidade entre estudantes, pais, mães e ou responsáveis provindo do campo ou da cidade? São questionamentos relevantes para a reflexão e abordagem no ambiente escolar, levando em consideração Freitas e Pessoa (2012) que afirmam que a escola é um contexto no qual as diferenças são produzidas e reiteradas e, por isso, afirmam que devemos encará-la como um espaço de transformação das diversas formas de desprezo e afastamento, de preconceito e discriminação, problematizando o sofrimento e a exclusão das pessoas na sociedade, empoderando-as para construir um currículo multicultural e transnacional, no qual venha a colaborar para o fim da violência, do preconceito e da exclusão na sociedade. O resultado da pesquisa junto aos educadores, educadoras, educandos, educandas, pais, mães e ou responsáveis serão descritas a seguir.

Dialogando sobre sexualidade com os pais, mães e ou responsáveis

Para iniciar a abordagem sobre "Sexualidade" no 8º ano da Escola Estadual Ruben Alves, foi enviado pelos(as) estudantes um comunicado para os pais, mães e ou responsáveis sobre a necessidade da presença dos mesmos na

escola para responder um questionário sobre "Sexualidade na Escola".

Oportunizou-se o atendimento aos pais, mães e ou responsáveis para comparecerem na escola no horário das 13:00h às 22:30h, em dois dias, para deixar o horário mais flexível. Nesses dois dias compareceram do Campo: 4 mães, 3 casais (pais e mães) e 1 pai. Referente aos que residem na Cidade compareceram: 5 mães. Verifica-se uma participação muito pequena (pouco mais de 1/3) dos pais e mães, se compararmos com o número total de educandos(as): 36 estudantes da turma. Esse resultado pode indicar dificuldades e/ou desinteresse no trato com o tema. Mesmo com uma pequena participação dos pais, mães e ou responsáveis é possível notar que os sujeitos do Campo compareceram em maior número na escola. Nota-se que há comprometimento e compartilha na educação dos filhos e filhas entre pais e mães do Campo. No caso dos sujeitos da Cidade, apenas as mães foram à escola, o que pode ser um indicador de que na cidade a educação dos filhos e filhas estar mais ligada ao papel feminino. Àqueles(as) que não compareceram foi enviado o questionário pelos(as) educandos(as) para ser respondido em casa.

Ocorreu o retorno dos residentes no Campo de 4 questionários, sendo 1 questionário respondido por pai e 3 questionários respondidos por mães. Dos residentes na Cidade houve o retorno de 6 questionários respondidos, sendo 1 questionário respondido por pai e 5 questionários respondidos por mães.

Nota-se que a participação dos pais e mães residentes na Cidade é maior quando as atividades escolares são domiciliares. Mas quando se trata do comparecimento na escola, a participação maior ocorre pelos pais e mães do Campo. Dos 33 questionários solicitados houve o retorno de 23 respondidos.

Através do retorno de quem respondeu o questionário pode-se identificar que as mães ainda permanecem com maior responsabilidade de educação dos filhos e filhas. Os pais participam com menor proporção comparados a participação das mães na vida escolar de seus filhos e filhas. Em relação à escolaridade dos pais e mães dos(das) estudantes do 8º ano obtivemos os seguintes dados:

Importante destacar que, do total de 11 questionários respondidos individualmente por pais ou mães da Cidade, não houve respostas compartilhadas entre pais e mães. Quanto ao Campo: houve um total de 12

questionários respondidos, sendo 3 questionários respondidos de modo compartilhado entre pais e mães, totalizando 15 respostas.

| ESCOLARIDADE | Cidade | | Campo | |
|---|--------|------|-------|------|
| | Pais | Mães | Pais | Mães |
| Ensino Fundamental Séries Iniciais incompleto | | 3 | 3 | 5 |
| Ensino Fundamental Séries Iniciais completo | | 1 | | 2 |
| Ensino Fundamental Séries Finais incompleto | | 2 | | 1 |
| Ensino Fundamental Séries Finais completo | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Ensino Médio incompleto | | | 1 | 1 |
| Ensino Médio completo | | 1 | | |
| Nível superior incompleto | | 1 | | |
| Analfabeto(a) | | 1 | | |

Tabela 1 - Nível de escolaridade dos pais e mães dos educandos

Através da Tabela 1, é possível visualizar a escolaridade dos pais e mães residentes no Campo e na Cidade. Nota-se a participação maior das mães em responder ao questionário, sendo que é possível verificar que entre os pais e mães residentes no Campo há uma partilha e companheirismo no momento de responder as questões, pois 3 questionários retornaram com respostas compartilhadas. O nível de escolaridade é baixo tanto de pais e mães da Cidade quanto do Campo, isso pode ser um indicador de possíveis dificuldades no momento de auxiliar os filhos e filhas nas atividades escolares. Há também de se pensar que se torna difícil para os(as) estudantes freqüentarem a escola e em casa não conseguirem dialogar com pais e mães sobre o que nela aprendem, porque o que os(as) estudantes discutem e aprendem na escola não faz parte do cotidiano de seus pais e mães. Com isso é possível entender o receio que pais e mães tem em discutir com seus filhos e filhas assuntos provocadores e desafiadores, em que, muitas vezes, eles(elas) nunca discutiram com ninguém. Ao verificar a escolaridade de pais e mães do Campo é possível constatar que apenas um pai e uma mãe atingiram o Ensino Médio incompleto. Quanto aos pais e mães da Cidade foi possível constatar que as mães estão buscando a escolaridade. Isso pode demonstrar a independência feminina, a busca de estar inserida no meio acadêmico para melhores condições de educação aos filhos e

filhas e até mesmo uma forma de tentar romper com certos estereótipos quanto ao papel da mulher na sociedade. Com o resultado de escolaridade de pais e mães também é possível entender as dificuldades que a escola enfrenta ao abordar as questões em sala de aula sobre o tema "Sexualidade". Pois, na opinião dos pais e mães quando se discute com estudantes o tema, é possível que se esteja incentivando a sexualidade precocemente ou desviando educandos e educandas para uma sexualidade de conduta promiscua. Desta forma, o desafio para educadores e educadoras de inserir no currículo assuntos polêmicos que estão expostos para discussão e inclusão dos sujeitos se torna árduo e delicado, mas, ao mesmo tempo, exige novas atitudes principalmente do meio educacional. Verifica-se também a necessidade de ampliar o diálogo com os pais, mães e responsáveis pelos educandos acerca deste tema.

Em relação à religião, o que predominou na resposta dos pais e mães dessa turma é a católica. No que se refere à profissão dos pais, foi constatado que há: pedreiros, serventes, agricultores, lavradores. A profissão das mães são: do lar, doméstica, pensionista. Quando questionados se conversam sobre "Sexualidade" com seus filhos e filhas, 15 entrevistados (as) afirmaram que conversam sobre sexualidade com seus filhos e filhas, 6 entrevistados (as) responderam que não conversam sobre sexualidade com seus filhos e filhas e 2 entrevistados(as) não responderam a questão solicitada. Apesar da resposta, 14 entrevistados(as) não justificaram, 2 entrevistados(as) disseram achar que não há necessidade de conversar sobre sexualidade com seus filhos e filhas, outros 2 entrevistados(as) responderam que tem vergonha de abordar o assunto, 1 entrevistado(a) afirmou que conversa sobre "camisinha" com seu filho(a) e 4 entrevistados(as) afirmaram que conversam sobre respeito com seus filhos e filhas. A maioria dos pais e mães responderam ao questionário que conversam com seus filhos e filhas sobre sexualidade, mas não justificaram sobre o que conversam. Isso pode ser um forte indicador do quanto o assunto "Sexualidade" é tido ainda como tabu, e de grande dificuldade para os pais e mães. Com isso pode-se dizer que muitas atitudes de violência ocorridas na escola envolvendo a sexualidade de educandos e educandas se deve a falta de conversa e diálogo sobre a sexualidade que envolve o conhecimento do seu próprio corpo e o respeito com o outro. Quando foi solicitado para os entrevistados responderem

sobre: como a escola deve trabalhar o assunto "Sexualidade" em sala de aula, os entrevistados demonstraram preocupação, como se pode verificar na tabela.

| | |
|--|----|
| Não responderam a questão | 8 |
| Tratar o assunto com cautela através de palestras com agentes de saúde | 10 |
| A escola não deve mencionar o assunto para não incentivar | 3 |
| Não sabem como a escola deve abordar o assunto | 2 |

Tabela 2 - O trabalho acerca da sexualidade a partir dos pais

Os dados da tabela 2 revelam uma postura bastante conservadora com relação ao tema em pauta, pois metade afirma que a escola deve tratar o assunto com cautela por meio de palestras com agentes de saúde. Pouco mais da metade soma os que não responderam à questão, com os que não sabem como a escola deve abordar o assunto e os que afirmam que a escola não deve abordar o assunto para não incentivar. As respostas dos pais e mães que não responderam a questão pode ser indicativo de insegurança, não envolvimento com o assunto, omissão para deixar para a escola resolver como trabalhar o assunto, pode ter relação com o baixo nível de escolaridade dos pais e das mães. Percebe-se através das respostas que, quando o assunto é "Sexualidade", há uma imediata idéia de que o assunto deve ser abordado somente por profissionais da saúde, o que revela uma perspectiva de desconsiderar o relacionamento sexual como algo que tem outras dimensões como as do prazer e do conhecimento com o seu próprio corpo e com o corpo do outro. Pode-se ainda considerar a idéia de que se o filho ou a filha não comentar sobre o assunto "Sexualidade" com seus pais ou mães, significa que eles(elas) não precisam dialogar sobre o assunto com os mesmos, ou ainda, que os filhos e filhas não tem uma vida sexual ativa. Essa falta de diálogo sobre "Sexualidade" entre pais, mães e filhos, filhas se reflete na escola. Na fase em que o corpo está em maior processo de transformação e a curiosidade da descoberta é maior na idade da adolescência, se torna para a escola um desafio elaborar estratégias de trabalho

com o assunto em sala de aula. Mas o que não pode acontecer é pais, mães, educadores e educadoras não dialogar com os(as) estudantes maneiras de iniciar a vivência de uma sexualidade segura, prazerosa tanto para homens quanto para mulheres, de respeito, valorização e aceitação de si mesmo(mesma) e do(da) outro(a).

Dialogando sobre sexualidade com os professores e com as professoras

Para os educadores e educadoras do 8º ano, da Escola Estadual Ruben Alves, foi elaborado um questionário sobre "Sexualidade" para saber se eles(elas) abordam o tema na sala de aula e como o fazem. Foram entrevistados os professores das disciplinas de Educação Física, Geografia e Ciências e as professoras das disciplinas de: Matemática, História, Português, Arte e Inglês. Ao serem questionados(as) sobre a abordagem do tema "Sexualidade" nas aulas, 7 professores(as) responderam que abordam o tema nas suas aulas e 1 professor(a) respondeu que não aborda o tema nas suas aulas. Em seguida foi questionado sobre o que abordaram nas aulas sobre o assunto "Sexualidade", as respostas foram as seguintes: Sistema Reprodutor Masculino e Feminino, Doenças Sexualmente Transmissíveis, Métodos Contraceptivos, Cuidados com o Corpo e "Opção Sexual" em vez de "Orientação Sexual".

Ao analisar as respostas de 3 professores(as) quanto ao uso do termo "Opção Sexual" em vez de "Orientação Sexual", percebe-se que os(as) professores(as) estão tentando abordar o tema "Sexualidade" na sua sala de aula de forma mais direta e inclusiva mas, por falta de conhecimento, formação continuada e aprofundamento do tema, o(a) professor(a) acaba fazendo confusão entre os termos e utilizando o senso comum de "opção" em vez de "orientação" sexual. Não saber a diferença entre "opção" e "orientação", no momento de conversar com os(as) estudantes é muito perigoso porque o termo "opção" segundo o dicionário Michaelis significa:

sf. (lat optione) 1. Ato, direito ou faculdade de optar. 2 Preferência. 3 Livre escolha. Ou seja, o termo "opção", reforça a idéia de que os sujeitos podem escolher o relacionamento homossexual, bissexual ou heterossexual,

vindo a ser naturalizado pela sociedade que o relacionamento heterossexual é considerado o "certo" e que, portanto, os sujeitos deveriam proceder a esta escolha. Dessa forma, os relacionamentos homossexuais e bissexuais são negados, pois não passam de simples escolhas dos sujeitos.

O termo "orientação sexual" segundo Furlani, (2009) no Brasil é utilizado para denominar a identidade erótica dos cidadãos em heterossexual, homossexual e bissexuais. É possível perceber que os(as) educadores não se sentem capacitados(as) para discutir tais questões com os(as) estudantes, vindo a fazer confusão dos termos no momento de dialogar com os(as) estudantes sobre "Sexualidade". Isso é comprovado através da entrevista realizada com os(as) educadores(as), pois dos 8 educadores(as) entrevistados apenas 3 responderam que se sentem-se capacitados para discutir em sala de aula sobre o tema "Sexualidade", sendo que 5 educadores(as) responderam que não se sentem capacitados para discutir tal assunto. Analisando mais profundamente as respostas dos professores e das professoras que responderam que se sentem capacitados(as) para discutir em sala de aula o tema sobre "Sexualidade" é possível perceber o que eles e elas consideram relevante para discussão do tema. Os professores(as) justificaram que se sentem capacitados(as) porque tem a formação na disciplina de biologia, porque a sexualidade é um assunto normal, e o(a) terceiro(a) professor(a) não respondeu. Através dessas justificativas é possível perceber a fragilidade e superficialidade ao abordar o assunto. Os(as) professores(as) que responderam que não se sentem capacitados(as) relatam que gostariam de se aprofundar mais no tema, através de capacitações e formações continuadas. No item em que aos(as) educadores(as) foram solicitados para descrever o que consideram fundamental para discutir em sala de aula sobre o tema "Sexualidade", foram descritos os assuntos: Doenças Sexualmente Transmissíveis, Gravidez na Adolescência, Puberdade, Higiene, Valorização do Corpo e Métodos Contraceptivos, o que não indica uma abordagem não muito diferente daquela proposta pelos pais e mães dos educandos e educandas.

Esses temas demonstram que os(as) educadores(as) estão mergulhados em uma concepção excessivamente biológica, médica, higienista e moralista em suas abordagens. Não se deve culpabilizar o(a) educador(a) por isso, as transformações sociais e lutas dos Movimentos Sociais são responsáveis pelas

mudanças que vem ocorrendo no que diz respeito a novas formas de abordagens quando se trata da "Sexualidade Humana". Furlani (2009) relembra que, em 1997, com o lançamento dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) foram reunidos nos chamados Temas Transversais os assuntos: Ética, Pluralidade, Cultura, Meio Ambiente, Saúde, Estudos Econômicos e Orientação Sexual. Segue a transcrição da proposta de Orientação Sexual segundo os Temas Transversais em 1997:

A Orientação Sexual na escola deve ser entendida como um processo de intervenção pedagógica que tem como objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados. Propõem-se três eixos fundamentais para nortear a intervenção do professor: Corpo Humano, Relações de Gênero e Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS. A abordagem do corpo como matriz da sexualidade tem como objetivo propiciar aos alunos conhecimento e respeito ao próprio corpo e noções sobre os cuidados que necessitam dos serviços de saúde. A discussão sobre gênero propicia o questionamento de papéis rigidamente estabelecidos a homens e mulheres na sociedade, a valorização de cada um e a flexibilização desses papéis. O trabalho de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis/AIDS possibilita oferecer informações científicas e atualizadas sobre as formas de prevenção das doenças. Deve também combater a discriminação que atinge portadores do HIV e doentes de AIDS de forma a contribuir para a adoção de condutas preventivas por parte dos jovens. (PARÂMETROS CURRICULARES MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/>).

Nota-se que o enfoque dado à Orientação Sexual era apenas relacionado ao corpo humano como: reprodução, doenças sexualmente transmissíveis, higiene, questões de gênero (valorização do homem e da mulher). Exatamente o que os professores e professoras descreveram em suas respostas quando questionados sobre o que abordar ao tema "Sexualidade". Quando os professores e professoras foram questionados sobre como lidam em suas aulas quando percebem a existência de preconceito com educandos gays e lésbicas verifica-se que eles e elas se sentem desconfortáveis porque dos 8 entrevistados : 1 professor(a) não respondeu a pergunta, outro relata que nunca presenciou fatos de discriminação, 2 responderam que não sabem como agir, 1 aborda questões religiosas e 3 relatam que trata todos iguais.

A educação está passando por um momento histórico muito delicado, as lutas dos Movimentos Sociais reivindicando visibilidade aos sujeitos e a garantia

de um Estado Laico é uma luta incansável. Por isso, quando o(a) educador(a) abordar o tema "Sexualidade" deve tomar muito cuidado para não acabar colocando a sua religião ou a sua crença e acabar constrangendo(a) estudante com julgamentos do que acha ser "certo" e ou "errado" a respeito das orientações sexuais dos educandos e educandas homossexuais, bissexuais e heterossexuais.

Quando questionados(as) como os(as) educadores(as) agem na sala de aula quando percebem a discriminação contra educandos gays e lésbicas, uma resposta me surpreendeu muito: "Tento explicar a questão da diversidade, mas graças a Deus nunca presenciei tal fato nessa escola, acho que na maioria das vezes o preconceito está na cabeça das pessoas".(Relato de um(uma) professor(a) da Escola, 2014). Esta resposta é surpreendente porque há educandos(as) sofrendo com o preconceito referente à sua sexualidade nessa turma, o assunto foi comentado em Conselho de Classe, havendo no momento da discussão, a recusa de professores(as) dessa turma em permanecerem na sala para as discussões. Alguns defenderam que os educandos(as) gays e lésbicas não devem se identificar na sala de aula e, se necessário, devem fazer tratamento com hormônios para parecerem heterossexuais.

Assim, verifica-se que os (as) educadores(as) são resistentes quando o assunto é "Sexualidade", ou melhor quando se trata da inclusão do "diferente" no ambiente escolar. A persistência em negar os fatos como se os sujeitos não existissem é uma tentativa de continuar acomodado(a) sem precisar buscar novas formas de incluir no currículo uma novo jeito de ensinar e de aprender. Mas há educadores(as) preocupados em buscar maneiras de como abordar o tema "Sexualidade" em sala de aula abordando o preconceito sexual.

Outro questionamento feito aos(as) educadores (as) é se o livro didático deveria abordar temas relacionados a "Sexualidade", os 8 educadores(as) entrevistados responderam que "sim", mas quando solicitado que justificassem sobre o que o livro didático deveria abordar em relação a "Sexualidade", as respostas acabaram sendo repetitivas como: Doenças Sexualmente Transmissíveis, Higiene, Cuidados com o Corpo, entre outras. Houve educadores(as) que vieram conversar particularmente comigo sobre qual seria a melhor maneira de abordar o assunto "Sexualidade" na sala de aula, principalmente quando ocorre situações de preconceito envolvendo a sexualidade

de educandos(as) na sala de aula. Dialogamos sobre a importância dos(as) estudantes serem reconhecidos e tratados como eles se identificam, buscando respaldo em documentos como: Diretrizes Curriculares, Direitos Humanos, Decretos entre outros.

De acordo com Ferreira e Luz(2009) a escola pode, ao mesmo tempo, reproduzir modelos de sexualidade que oprimem, mas também pode construir relações que libertam nas quais a dignidade humana e a igualdade de direitos poderão ser princípios norteadores. Depende de como a escola procede os debates e possibilita as situações de preconceito que venham a surgir. Por isso é muito importante que ocorram formações continuadas aos professores e professoras, que sejam disponibilizados momentos para debates, disponibilização de materiais para estudo e reflexão sobre o tema "Sexualidade" com abordagens homossexuais, bissexuais e heterossexuais, diálogo com os(as) estudantes sem julgamentos religiosos e imposição classificatória de como ser homem e ou ser mulher. Há um longo caminho para ser trilhado no que se refere à abordagem da escola em torno da "Sexualidade Humana", amparada pelo respeito e dignidade dos sujeitos serem reconhecidos e visibilizados na sociedade em geral.

Dialogando sobre sexualidade com os alunos e alunas do 8º ano

A turma do 8º ano do Ensino Fundamental da Escola Estadual Ruben Alves é composta por 36 estudantes, sendo 19 meninos e 17 meninas. No dia da entrevista, estavam presentes 33 educandos(as). Para descobrir o que os(as) estudantes consideram relevante discutir sobre o tema da "Sexualidade" foi realizado um levantamento por meio de um questionário, sendo solicitado em seguida que eles e elas relatassem se já vivenciaram momentos de preconceito no que se refere à sua "Sexualidade". Através dos relatos foi realizada a avaliação da aplicabilidade de materiais didáticos elaborados no Curso "Produção de Material Didático: Identidades Sociais em Foco e Multiletramentos", ofertado pela professora Dra. Aparecida de Jesus Ferreira da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Inicialmente os(as) estudantes foram questionados se conversam com alguém sobre "Sexualidade", eles(elas) responderam:

| | |
|---|----|
| Alunos(as) do Campo que conversam sobre sexualidade com alguém | 3 |
| Alunos(as) do Campo que não conversam sobre sexualidade | 15 |
| Alunos(as) da Cidade que conversam com alguém sobre sexualidade | 1 |
| Alunos(as) da Cidade que não conversam sobre sexualidade | 14 |

Tabela 3 - Conversa com alguém sobre sexualidade

Os(as) 4 estudantes entrevistados relataram que conversam sobre sexualidade com: amigos(as) 1 entrevistado(a), com o pai 1 entrevistado(a) e 2 entrevistados(as) afirmaram conversar com a mãe. Considerando estas respostas e retomando aquelas dadas pelos pais e mães, professores e professoras, verifica-se uma contradição bastante grande entre as mesmas. Dos(as) 33 estudantes entrevistados(as), somente 4 responderam que conversam sobre sexualidade com alguém. Sendo que a maioria dos pais e mães que responderam ao questionário afirmaram que conversam sobre o tema com seus filhos e filhas, e o mesmo acontece com os (as) educadores(as). Pelos números constados na pesquisa observa-se que professores(as), pais e mães não abordam a questão como afirmaram abordar, ou se abordam o assunto "Sexualidade", os adolescentes não reconhecem a abordagem, o que indica um conjunto de questões a serem investigadas com maior profundidade: uso de linguagens e compreensões distintas, inadequação das abordagens e até mesmo o silenciamento em relação ao tema.

Os(as) estudantes foram questionados(as) se sofreram situações de preconceito ou se presenciaram situação de preconceito com algum(alguma) colega. Veja os dados na tabela que segue:

| | |
|---|----|
| Sofri situações de preconceitos | 12 |
| Não sofri e não presenciei situações de preconceitos | 11 |
| Presenciei meu(minha) colega sofrer situações de preconceitos | 10 |

Tabela 4 - Vivenciou situações de preconceito

Se analisarmos os dados separadamente eles não são tão significativos, contudo, se somarmos as situações de preconceito consigo mesmo e as de preconceito com o(a) colega, verifica-se que 22 dos 33 entrevistados já vivenciaram tais situações. Isso demonstra o quanto nossos(as) estudantes estão imersos em situações de preconceito, *bullyng*, racismo, violência física, psicológica e simbólica, homofobia entre outras. Há urgência em repensar e acrescentar novas abordagens no currículo referente ao que seja a "Sexualidade" vivida pelos sujeitos, de forma a contemplar o ensino-aprendizagem de forma que a escola venha a fazer parte da vida dos(as) estudantes. Isso exige de educadores(as), pais e mães medidas concretas de diálogo, reflexão, inclusão para desconstruir preconceitos que vem ocorrendo contra os sujeitos tidos como "diferentes" na sociedade e na escola, desencadeando a desestrutura física e emocional dos sujeitos.

Em seguida foi solicitado aos(as) estudantes para relatarem situações de preconceito que vivenciaram ou presenciaram. As respostas revelaram os mais variados tipos de violência como: apelidos, insultos, alvo de piadas, empurra-empurra, violência por ser "magra(o)", por ser "gorda(o)", por ter pintinhas no rosto ("galinha pintadinha"), sofrer xingamentos como "loira burra", "gayzinho", "viadinho", entre outros. Também foi solicitado que os(as) educandos(as) descrevessem a reação que tiveram quando sofreram o preconceito. Houve relatos de sentimentos de tristeza, de raiva, de ódio, sentimentos de chateação, sentimentos de baixa auto-estima, vontade de se trancar no quarto, sentimento de vingança, vontade de chorar, vontade de matar e de morrer, entre outros.

Tais reações revelam situações de angústias e sentimentos que devem nos mobilizar enquanto educadores, educadoras para refletir sobre o quanto é perturbador para os(as) estudantes permanecerem em um ambiente que lhes traz tantos sentimentos negativos e sentimentos de incômodos, a falta de concentração, os momentos de histeria, os momentos de conflitos, a agitação, a perturbação, a falta de entendimento na sala de aula, estão intimamente ligados a constante angústia dos(as) estudantes em suportar tantas situações desagradáveis no período em que se encontram na sala de aula. Há urgência de

atitudes pedagógicas de combate a esse desconforto que vem atingindo aos(as) educandos(as) no ambiente escolar.

Intervenção

Após constatar as brincadeiras, apelidos e violência na turma do 8º ano da Escola Estadual Ruben Alves do Ensino Fundamental, e com verificação dos resultados da pesquisa sobre "Sexualidade" junto aos professores, professoras, educandos, educandas, pais e mães, foi possível realizar a aplicação do material didático elaborado no Curso "Produção de Material Didático: Identidades Sociais em Foco e Multiletramentos" com a professora Dr. Aparecida Ferreira de Jesus na Universidade Estadual de Ponta Grossa. O tema do projeto foi "Discutindo Preconceito LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) na Escola". Para dar início a aplicação do material didático em sala de aula foi realizada uma reunião com os pais e mães da turma do 8º ano para que os mesmos conhecessem o projeto. No início da conversa sobre a aplicabilidade do mesmo alguns pais e mães ficaram surpresos com o tema, mas quando foi argumentado que todos os sujeitos tem o direito a educação independente da sua religião, da cor e orientação sexual houve uma reflexão e um acordo em desenvolver as atividades do projeto na turma. Após a comunicação e aceitação dos pais e mães, iniciou-se os trabalhos com a turma . A aplicabilidade do projeto contou com 13 aulas, incluindo discussões sobre o tema, trabalhos em grupo, pesquisa na internet, elaboração de cartazes, vídeos, músicas e muito debate.

No início do projeto os(as) estudantes acharam estranho discutir sobre "Sexualidade" (Diversidade Sexual) na sala de aula, mas, no decorrer das aulas participaram muito bem. O formato das atividades do projeto aplicado na turma do 8º ano, foi inspirado no livro "Formação de Professores Raça/Etnia: Reflexões e Sugestões de Materiais de Ensino em Português e Inglês", da professora Dr. Aparecida de Jesus Ferreira, da Universidade Estadual de Ponta Grossa. O objetivo de construir o próprio material didático é proporcionar aos(as) estudantes momentos de debate, pesquisa e interação sobre a "Sexualidade", envolvendo o direito dos sujeitos em vivê-los sem sofrer

preconceito ou violência em função disso. O propósito de auxiliar os(as) estudantes a superar o discurso de relacionar a sexualidade somente aos cuidados com o corpo, doenças sexualmente transmissíveis, higiene, puberdade, gravidez na adolescência, entre outros se faz necessário incluir formas de relacionamento heterossexual, homossexual e bissexual para que os mesmos possam aprender a se conhecer melhor e aprender a respeitar uns aos outros como realmente são e não a superficialidade de ser quem a sociedade quer que seja.

A aplicação do projeto incluiu o respeito à Orientação Sexual dos sujeitos (homossexuais, heterossexuais, bissexuais) pelo fato de ser constatado na pesquisa a falta de preparação de professores, professoras, pais e mães em dialogar com os adolescentes sobre "Sexualidade", vindo a ser notado o reforço de estereótipos contra os homossexuais e bissexuais como "sujeitos desviantes" da boa conduta, sendo considerado pela sociedade como correto somente o relacionamento heterossexual. Dessa forma foi possível perceber que os(as) estudantes corresponderam aos objetivos propostos na aplicabilidade do projeto pelos relatos e pelas atitudes. Houve, segundo os professores, melhora no jeito que os(as) educandos(as) costumavam tratar um aos outros devido à sexualidade de cada um. Segue o relato de alguns educandos(as) sobre a aplicabilidade do projeto:

"Eu gostei muito dessa aula diferente por causa dos momentos legais de perguntas e respostas a respeito dos sujeitos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis)". (Relato de educando, 2014).

"A aula foi legal, eu achei importante saber sobre LGBT, porque às vezes as pessoas maltratam". (Relato de educando 2014).

" Eu gostei da aula, porque a gente precisa saber respeitar os outros, foi uma aula diferente e interessante, eu já sabia respeitar os LGBT, mas agora todo mundo sabe". (Relato de educanda, 2014).

"Eu achei o máximo estudar sobre o preconceito, eu gostei, porque a gente aprendeu ainda mais nessa aula. Essa aula foi a melhor de todas, aprendi mais sobre gay, lésbica, bissexuais, transexuais, aprendi que não pode ter preconceito". (Relato de educando, 2014).

"Eu achei muito importante essa aula sobre o preconceito, pois preconceito e uma coisa que precisa ser discutido, para ajudar as pessoas pararem de julgar e discriminar uns aos outros. É crime".(Relato de educanda, 2014).

Conclusões

Ao finalizar o presente trabalho, percebe-se que, ao abordar o tema "Sexualidade", há resistência, tabus, vergonha e curiosidade sobre o mesmo. Através dos resultados da pesquisa realizada com os(as) estudantes percebe-se que, no momento, não é suficiente abordar temas relacionados à "Sexualidade", contemplando apenas: Doenças Sexualmente Transmissíveis, Gravidez na Adolescência, Puberdade, Higiene, Valorização do Corpo, Métodos Contraceptivos. Se faz necessário incluir temas como: Orientação Sexual (homossexualidade, bissexualidade e heterossexualidade), Identidade de Gênero, tipos de fobias, entre outros. Essas temáticas possibilitam um trabalho árduo e necessário para acabar com a violência, com o racismo, o preconceito e a exclusão dos educandos e educandas no ambiente escolar. Portanto, há uma grande necessidade de formações continuadas para os professores e as professoras para que os mesmos possam discutir e inserir no currículo novas formas de abordar o tema "Sexualidade" na sala de aula, de forma a contemplar homossexuais, heterossexuais e bissexuais.

A pesquisa realizada com os pais e mães demonstrou que os pais, mães da Cidade precisam dividir a responsabilidade da educação escolar dos filhos e filhas porque somente as mães compareceram na escola para responder ao questionário quando solicitado e, mesmo quando enviando para casa, o retorno foi somente das mães. Com isso os pais precisam fazer parte da educação de seus filhos e filhas. Sobre os pais e mães do Campo foi possível perceber com a pesquisa, que, mesmo em pequeno número de presença, a responsabilidade pela educação dos filhos é compartilhada, devido a participação de ambos, tanto em responder ao questionário enviado para casa quanto ao comparecimento na escola. A baixa escolaridade dos pais e mães parece dificultar o diálogo sobre "Sexualidade" com os(as) estudantes devido ao senso comum de imaginar que, ao discutir sobre a orientação sexual dos sujeitos, poderá causar o incentivo à

promiscuidade, pois tendem a julgar como correto somente o relacionamento "heterossexual".

A curiosidade e a falta de informação para os(as) estudantes sobre o tema "Sexualidade" faz com que os mesmos se sintam constrangidos, inseguros, em muitos momentos, a violência esta presente entre os(as) estudantes o tempo todo, desencadeando formas agressivas de tratar uns ao outro no dia a dia escolar. Essa forma agressiva de se tratarem no ambiente escolar tem a ver com a necessidade de dialogar e conhecer melhor uns aos outros, incluindo o conhecimento e o respeito aos sujeitos homossexuais, heterossexuais e bissexuais. O resultado da pesquisa demonstrou que pais, mães, professores e professoras acham que dialogam sobre "Sexualidade" com os adolescentes, mas estes não identificam tais conversas não associando o assunto com a sua vida. A sexualidade faz parte da vida dos sujeitos desde que eles(elas) nascem e permanece por toda sua vida. Muitos problemas podem vir a ser evitados se a sexualidade for tratada com mais naturalidade. E o espaço mais indicado para conduzir as discussões e diálogo e vencer os tabus, o medo e a vergonha sobre o tema "Sexualidade" é através do espaço escolar.

Referências bibliográficas

BORTOLINI, Alexandre. **Diversidade Sexual na Escola**. Rio de Janeiro, 2008. 1 edição. Pró-Reitoria de Extensão/UFRJ.

BRASIL. Constituição Federal Brasileira Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: dia, mês, ano.

_____. DECRETO N 7.352 DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm>. Acesso em: dia, mês, ano.

_____. LEI DE DIRETIZES E BASES Nº 9.394/96. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 02 de abril de 2014.

_____. RELATÓRIO de Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2012. Secretaria de Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>>. Acesso em: 02 de abril de 2014.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, artigo 3. Disponível em <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: dia 02 de abril de 2014.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. **Formação de Professores Raça\Étnia: Reflexões e Sugestões de Materiais de Ensino em Português e Inglês**. 2. ed., Cascavel: editora?, 2006.

FERREIRA, Beatriz Maria Megias e LUZ, Nanci Stancki da, **Sexualidade e Gênero na Escola**. In.: LUZ, Nanci Stancki da, CARVALHO, Marília Gomes de, CASAGRANDE, Lindamir Salete. (Orgs.) **Construindo a Igualdade na Diversidade: Gênero e sexualidade na Escola**. Curitiba, 2009. Editora UTFPR.

FREITAS, Marco Túlio de Urzêda e PESSOA, Rosane Rocha Pessoa. **Gênero, Sexualidade e Ensino Crítico de Línguas Estrangeiras: Intersecções com a Formação de Professores**as. In: FERREIRA, Aparecida de Jesus. (Org.). **Identidades Sociais de Raça, Étnia, e Sexualidade – Práticas Pedagógicas em Sala de Aula de Línguas e Formação de Professores**. Campinas: Pontes Editores, 2012. p. 145- 165.

FURLANI, Jimena. **Encarar o Desafio da Educação Sexual na Escola**. Paraná. **Secretaria de Estado da Educação**. Superintendência de Educação. Departamento da Diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. Curitiba: SEED- Pr. 2009. p. 37-48.

IBGE. CENSO de 2010. Disponível em: <[http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=410895&search=parana|guamiranga|infograficos:-evolucao-populacional-e-piramide-etaria\).numero de habitantes na cidade](http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=410895&search=parana|guamiranga|infograficos:-evolucao-populacional-e-piramide-etaria).numero%20de%20habitantes%20na%20cidade)>. Acesso em: 02 de abril de 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, historia e educação: construção e desconstrução**. Revista Educação e Realidade. 20 (2), p. 101-132, jun a dez 1995.

_____. **O corpo educado - pedagogia da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 07-23.

_____. **Pedagogia da Sexualidade**. In: _____. (Org.). **O corpo educado: pedagogia da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 8-34.

_____. **Pensar a Sexualidade na Contemporaneidade**. Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento da Diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. Curitiba: SEED- Pr. 2009, p. 29- 35.

MARTINS, Ferdinando et al (orgs.). **MANUAL DE COMUNICAÇÃO LGBT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. S.l.: Ajir, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parâmetros Curriculares Nacionais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>>. Acesso em: 02 de abril de 2014.

PARANÁ. DIRETRIZES CURRICULARES DA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DO PARANÁ: Educação do Campo. Secretaria de Estado da Educação - SEED. Curitiba, 2010. Disponível em: <<http://diadiaeducacao.pr.gov.br>>. Acesso em: 02 de abril de 2014.

PARANÁ. DIRETRIZES CURRICULARES DA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DO PARANÁ: Gênero e Diversidade Sexual. Secretaria de Estado da Educação - SEED. Curitiba, 2010. Disponível em: <<http://diadiaeducacao.pr.gov.br>>. Acesso em: 02 de abril de 2014.

REIS, Toni. **Homofobia e a Escola**. In.: LUZ, Nanci Stancki da, CARVALHO, Marília Gomes de, CASAGRANDE, Lindamir Salet. (Orgs.) **Construindo a Igualdade**

na Diversidade: Gênero e sexualidade na Escola. Curitiba, 2009. Editora UTFPR.

WEISZFLOG, Walter (ed.). **Dicionário MICHAELIS Dicionário.** Disponível em: <http://www.michaelis.uol.com.br/>. Acesso em: 02 de abril de 2014.